

TRABALHO, EMANCIPAÇÃO E OS DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MEIO AO CAPITALISMO¹²³

Labour, Emancipation and the Social and Solidarity Challenges in Amidst Capitalism

Arij Mohamad Radwan Omar Chabrawi⁴ 

Universidade de Brasília (UNB)⁵
Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Luciana Mercês de Lucena⁶ 

Universidade de Brasília (UNB)
Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Fernanda Sousa Duarte⁷ 

Universidade de Brasília (UNB)
Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Resumo

Face às precarizações do trabalho, à pobreza e à sombra do desemprego, surge a economia solidária, como alternativa em construção, que promove práticas laborais participativas, justas, cooperativas e coletivistas. Apesar dos pressupostos de justiça e emancipação do homem, observam-se diversas contradições entre o prescrito e o real da economia solidária, constatando-se a influência deletéria das condicionalidades impostas pelo capitalismo. Longe de descartar a economia solidária (ES) como alternativa emancipatória de trabalho, tais contradições indicam a necessidade de constante avaliação e evolução dessas práticas para construção de novos paradigmas sociais e modelos econômicos de produção justos e igualitários. Frente às potencialidades e limitações da ES no seio de suas relações com a economia capitalista, este ensaio tem como objetivo, a partir de exposição reflexiva, analisar criticamente esse sistema econômico quanto ao sentido que apregoa ao trabalho e aos efeitos deletérios que gera para o bem-estar do indivíduo e seu meio social, refletindo a ES como uma proposta de atividade econômica e de trabalho alternativo e emancipatório ao capitalismo, que carrega em si o desafio de se manter sustentável a esse sistema de forças diametralmente opostas e paradoxais à sua natureza colaborativa, e não competitiva.

Palavras-chave: Trabalho; economia social e solidária; emancipação socioeconômica; capitalismo.

¹ Editora responsável pela avaliação: Prof.^a Dr.^a Liliam Deisy Ghizoni.

² Copyright © 2022 Chabrawi, Lucena & Duarte. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons. Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

⁴ arij.chabrawi@gmail.com

⁵ Campus Universitário Darcy Ribeiro ICC Sul, Brasília - DF, 70910-900.

⁶ lmerces0806@gmail.com

⁷ nanda.sduarte@gmail.com

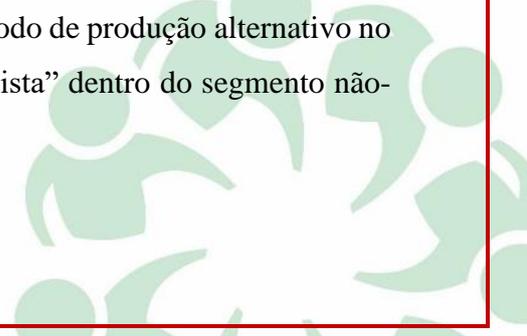
Abstract

In light of the precariousness of work, poverty and unemployment, the solidarity economy emerges, as an alternative under construction, which promotes participatory, fair, cooperative and collectivist labor practices. Despite the assumptions of justice and human emancipation, there are several contradictions between what is prescribed and what is real in the solidarity economy, confirming the deleterious influence of the conditionalities imposed by capitalism. Far from discarding the solidarity economy (SE) as an emancipatory work alternative, such contradictions indicate the need for constant evaluation and evolution of these practices in order to build new social paradigms and fair and egalitarian economic production models. Faced with its potentialities and limitations within its relations with the capitalist economy, this essay aims, from a reflective exposition, to critically analyze this economic system in terms of the meaning it proclaims to work and the deleterious effects it generates for individual well-being and the social environment, reflecting SE as a proposal for economic activity and work that is alternative and emancipatory to capitalism, which carries within itself the challenge of remaining sustainable for this system of forces that are diametrically opposed and paradoxical to its collaborative nature, and not competitive.

Keywords: Labor, social and solidarity economy; socioeconomic emancipation; capitalism.

No contexto de exploração e assujeitamento do indivíduo pela via do trabalho, a economia solidária surge como uma alternativa ao modo de produção vigente, gerando trabalho e renda de forma cooperada e solidária, e configura-se em ação pública de inclusão social que engloba diversas práticas econômicas e sociais (Cançado, 2005). Contudo, a experiência dos empreendimentos de economia solidária (EES) tem demonstrado ser difícil promover a cooperação, haja vista a impossibilidade de cumpri-la como algo imposto ou prescrito. Para a ocorrência da cooperação, é necessário que ela seja uma construção conjunta e voluntária de todos os membros do grupo. Ou seja, é marcada não só pelas suas potencialidades como também por limitações (Gaiger, 2003).

No Brasil, pode-se dizer que a economia solidária (ES) é incipiente tanto quanto objeto de estudo quanto fenômeno. Enquanto objeto de estudo, começou a ser abordada no Brasil a partir dessa nomenclatura em 1995, tendo sido denominada na literatura por “autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular” (Lechat, 2002). Enquanto fenômeno, está em um estágio embrionário, e sua consolidação se encontra limitada pela falta de políticas públicas amplas (Gaiger, 2003). Tem se caracterizado por um modo de produção alternativo no país que emerge “no rastro da crise do desenvolvimento capitalista” dentro do segmento não-organizado do trabalho.



Uma das abordagens da literatura sobre o tema relaciona o avanço da ES no país a dois movimentos que partem das condições políticas e socioeconômicas do trabalho no Brasil: o excedente de mão-de-obra com perfil distinto de outros momentos que marcaram a industrialização do país – uma força de trabalho qualificada, e a organização de militantes sociais geralmente críticos ao neoliberalismo voltados para refletir e construir alternativas sociais e laborais aos modos de produção capitalista em conjunto com segmentos marginalizados da população (Pochmann, 2004).

Frente às potencialidades e limitações da ES no seio de suas relações com a economia capitalista, este ensaio tem como objetivo, a partir de exposição reflexiva, analisar criticamente esse sistema econômico quanto ao sentido que apregoa ao trabalho e aos efeitos deletérios que gera para o bem-estar do indivíduo e seu meio social, refletindo a ES como uma proposta de atividade econômica e de trabalho alternativo e emancipatório ao capitalismo, que carrega em si o desafio de se manter sustentável a esse sistema de forças diametralmente opostas e paradoxais à sua natureza colaborativa, e não competitiva. Para isso, embora não seja requisito que o trabalho esteja organizado em seções, dividimo-lo em três grandes blocos: 1) História e Crítica ao Trabalho; 2) A Economia Solidária e o Trabalho Cooperado, e 3) A Economia Solidária é a Panacéia ao Trabalho Capitalista?

História e Crítica ao Trabalho

Desde seus primórdios o trabalho surge como necessidade humana para a transformação da natureza nos recursos básicos para sua manutenção e sobrevivência (Marx, 1983). Naturalmente, o homem é constituído por uma base biológica limitante porque sozinha não encerra comportamentos mais adequados e tampouco o adapta a seu ambiente (Berger & Luckmann, 1972). É necessário que ele reconstrua, signifique e crie conhecimentos palpáveis sobre tudo o que se encontra ao seu redor. Nesse sentido, o sujeito subsiste e apenas torna possível sua manutenção por meio da acomodação da natureza a si próprio. O trabalho não está, necessariamente, contido no ciclo repetitivo vital da espécie, mas é pelo seu potencial transformador que o homem cria coisas a partir do que extrai da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados (Woleck, 2002). Para Marx e Engels (1974, p. 19):

[...] o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir

seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.

Para além de a atividade laboral ser fonte de experiência psicossocial, ela ocupa também importante espaço e tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea. O trabalho surge não apenas como meio para a satisfação das necessidades básicas, mas como fonte de identificação, de autoestima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, e de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade (Navarro & Padilha, 2007). É inegável a centralidade do trabalho ao homem como fonte de transformação de sua realidade, sendo ele produtor de identidade, bem-estar e elo social (Cattani, 1996). No entanto, o trabalho, seus sentidos, conceitos e práticas são sujeitos à época e ao contexto político e socioeconômico do homem. Para se tratar do trabalho na atualidade, faz-se necessário rever, brevemente, seus significados e o caráter plural das múltiplas significações que assumiu e, porventura, ainda assume.

Como ponto de partida nesse breve histórico do trabalho, parte-se da origem etimológica do termo, advinda do latim vulgar *tripalium*, sendo ela uma ferramenta elaborada com três paus afiados e ponta metálica, utilizada para o processamento dos cereais. Tal rude manuseio também era empregado como fonte de tortura e castigo, associando-se a palavra *tripaliare*, igualmente do latim, significando torturar sobre o *tripalium* (Bueno, 1988). Esse significado perpassou séculos povoando o imaginário social vinculando o sentido de trabalho ao sofrimento e tortura.

Na Antiguidade, o trabalho associava-se à perda da liberdade, e pertencia apenas àqueles escravos cativos, presas de guerra, devedores, entre outras situações que enquadravam o homem à obrigatoriedade de ceder seus serviços como saldo de dívida, ou pela desonra da derrota. Com isso, seu significado confundia-se com o de sofrimento ou infortúnio. Para Kurz (1997, p. 3) “o homem, no exercício do trabalho, sofre ao vacilar sob um fardo. O fardo pode ser invisível, pois, na verdade, é o fardo social da falta de independência e de liberdade”.

Contudo, na Grécia antiga, já existia a contradição na essência da concepção de trabalho, podendo ser designado ora como *ponos*, referência à penalidade; ora como *ergon*, alude à criação, obra de arte (Woleck, 2002). A dicotomia entre ambas instâncias permanece até a atualidade, dependendo do tipo, lugar, e condições do trabalho.

Apenas no final da Idade Média, com as transformações da distribuição de terra, organização social e o surgimento de novas classes econômicas o estigma negativo do trabalho passou a incorporar novas significações no imaginário social. No mesmo período, um evento mudaria estrutural e radicalmente as concepções sobre o trabalho: a reforma protestante

(Woleck, 2002). De instrumento de tortura, ele passa a ser o meio para a salvação e o cumprimento da vontade divina.

Para Weber (1967), a mudança do paradigma cristão - introduzida pelo calvinismo – onde Deus não predestina apenas um seletivo grupo à salvação, mas garante a todos que a buscam através do suor diário e do êxito profissional, daria a subsequente transformação social dando origem à burguesia. Deste modo, o trabalho passa a ser tido como algo sacro e fonte incessante de dignidade – haja vista seu suposto potencial de transformação da miséria em riquezas e mudança do transcurso da sorte do homem. Em outros termos, a opulência financeira representava uma comprovação da bênção divina; enquanto a pobreza era vista como um sinal de desgraça e os pobres como culpados pelo próprio infortúnio (Júnior, 2008).

Já na Idade Moderna, com a ascensão da burguesia, a transformação da natureza em desenvolvimento incessante de novas fontes produtivas impulsionou a técnica e a ciência, condenando o ócio e sacralizando, ainda mais, o trabalho e a produtividade (Kurz, 1997). Desse modo, Kurz assinala a conversão do trabalho em uma atividade compulsiva e incessante, uma vez que a servidão passou a ser sinônimo de liberdade; e a liberdade, de servidão. As bases para o capitalismo foram irremediavelmente lançadas e, passo a passo, o trabalho como *ethos* social e humano conformou-se aos ditames capitalistas. Entretanto, retirar o estigma de maldição do trabalho e envolvê-lo com sentidos sacros e libertários, não tornou sua experiência menos sofrida.

Desde a revolução Industrial de XVIII, particularmente nas últimas duas décadas, a sociedade moderna e contemporânea presenciaram fortes transformações políticas e socioeconômicas que repercutiram em transformações radicais nos modelos de trabalho e produção (Antunes, 2006; Castells, 1999), culminando no que se tem cunhado a Terceira Revolução Industrial, ou Revolução da Tecnologia da Informação (Castells, 1999).

No século XIX, a fábrica torna-se singular elemento de incorporação do ideário capitalista. Simboliza não somente a mecanização do ferramental tecnológico e do modelo de gestão do trabalho, mas principalmente a apropriação dos saberes de todo o processo de produção, antes pertencente ao artesão (Decca, 1988). Temos, portanto, o assujeitamento do indivíduo à norma de produção fabril imposta por modelos mecanicistas e tolhedores da subjetividade humana.

Ao analisar a divisão do trabalho social, Durkheim afirma que o artesão e o pequeno industrial que dominam a arte de exercer sua profissão, e resistem à corrente geral fabril, perseverando obstinadamente em suas modestas empresas, *“cumprem tão bem com o seu dever quanto as grandes indústrias que se alastram pelo mundo e reúnem sob suas ordens todo um*

exército de operários” (Durkheim, 1999, p.16). Tal como sugerem Navarro e Padilha (2007), a tecnologia passa a ser vista como mais uma forma de controle social onde a técnica deve ser compreendida como instrumento de manutenção do controle e hierarquia do capital, onde o tempo útil é o tempo de trabalho dentro da relação tempo *versus* dinheiro. Do mesmo modo, a tecnologia e a ciência criam uma falsa realidade de melhor produção e entrega de serviços.

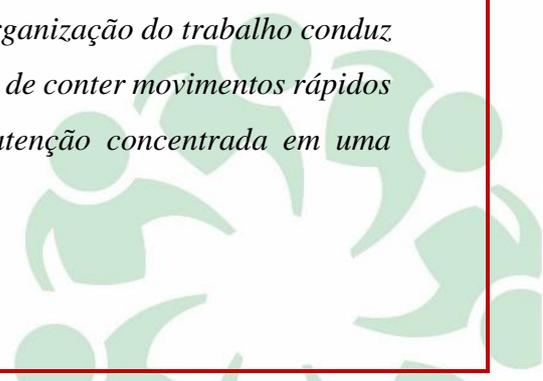
A partir dos anos 70, o capitalismo passa por uma reestruturação que ocorre no âmbito do processo de globalização, o que induziu a mudanças qualitativas nos planos produtivos e político-ideológico (Toni, 2003). Antes disso, viveu-se os chamados trinta anos dourados do capitalismo – demarcados por forte crescimento econômico e conquistas sociais e trabalhistas, particularmente no dito Primeiro Mundo (Borsoi, 2011; Castel, 1998).

É a partir da reestruturação do capitalismo, durante o século XX, ocasionado tanto pela revolução tecnológica e informacional, como pela estruturação de modelos de gestão do trabalho, tais como o taylorismo, fordismo e toyotismo, que o trabalho conhece a máxima de sua precarização tal como compreendido nos modelos atuais.

Deste modo, torna-se evidente o serviço da tecnologia ao capitalismo, mas e quanto aos modelos de organização do trabalho? O taylorismo foi responsável pelo aprofundamento da divisão do trabalho em atividades mínimas e nucleares – não com o intuito de aprimorar o desempenho do trabalhador ou a qualidade do trabalho – mas para submeter as tarefas ao pleno controle da gerência (Navarro & Padilha, 2007), e o sujeitamento absoluto do indivíduo ao *modus operandi* imposto e ceifar a expressão de sua singularidade no exercício da labuta diária.

O fordismo mantém as características do taylorismo e aprofunda-as introduzindo a linha de montagem e uma nova forma de gerir os trabalhadores a partir de incentivos como aumento dos níveis salariais (Navarro & Padilha, 2007). O modelo taylorista-fordista impôs uma divisão rígida de trabalho, concentrada na fragmentação de tarefas e ausência de qualquer tipo de autonomia e iniciativa (Borsoi, 2011) dos trabalhadores impossibilitando, com isso, toda e qualquer manifestação de sua identidade no trabalho.

Inevitavelmente, o trabalho alienado ao sujeito, objetificado na execução mínima, repetitiva e maquinal de movimentos corpóreos, extirpada da subjetividade do trabalhador que o desempenha, provoca fadiga, exaustão e o adoecimento físico e mental do sujeito. Assim como indica Borsoi (2011, p. 123) “[...] o modelo fordista de organização do trabalho conduz o trabalhador à mortificação tanto física – pela obrigatoriedade de conter movimentos rápidos e precisos – como também, psíquica, pela necessidade de atenção concentrada em uma atividade monótona e sem sentido”.



Apesar de anteriores a todo o processo de transformação do trabalho aos moldes atuais, Marx e Engels viveram na Europa no século XIX, e já eram capazes de estabelecer críticas contundentes ao capitalismo que permanecem vívidas até os dias de hoje. Afirmam que desde o seu surgimento, o capitalismo criou o aprofundamento abissal de contradições sociais e econômicas inerentes ao seu modelo de produção, criando pequenas ilhas de riqueza em meio a oceanos de uma pobreza que vive marginalizada e refém de sobras. O trabalhador decai à condição de mercadoria e se torna tão mais pobre e pequeno quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O capitalismo traz a exacerbada valorização do mundo das coisas, no mesmo fluxo da desvalorização dos homens (Marx & Engels, 1989).

O capitalismo acarreta uma série de contradições: ao mesmo tempo em que o trabalho é fonte de humanização e sociabilidade, sob a lógica do capital, pode se tornar degradado, alienado e estranho. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender às necessidades do capital. Marx (1989) intitulam duas formas de trabalho: o trabalho concreto que busca a satisfação de uma necessidade e trava relações entre o homem e a natureza, e cria valor-de-uso; e outro abstrato, desinvestido de consciência, sendo ele estranho e fetichizado, criando valor-de-troca, conforme apontam:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida como fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana. (Marx, 1989, p. 208).

O trabalho só é trabalho quando o sujeito está presente na atividade que desenvolve, investindo-se de sua consciência e de suas capacidades únicas para modificar a natureza em bens que atendam às necessidades do homem. O trabalho que cria apenas valor-de-troca consiste na venda de parcelas de vida humana sem identidade, desindividualizada, podendo ser qualquer um para desempenhar uma ação reduzida e medíocre e que, por pouco exigir do trabalhador, muito lhe subtrai. Assim como constatou Mészáros (2015), o capital desprovido de orientação humanamente significativa assume, em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva, onde o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca.

Para Cattani (2004), o capitalismo ordena uma lógica de funcionamento que consiste em organizar o trabalho humano para produzir mercadorias que serão vendidas por valor maior que seu custo. Do trabalhador, extrai-se a mais-valia, que é igualmente, o “mais-poder”. Deste

modo, organiza não somente a produção, mas toda a sociedade “... *subjugando as diferentes lógicas sociais a uma lógica mercantil, produtivista e concorrencial. Para tanto, fazem-se necessários a coerção e o disciplinamento da força de trabalho*” (Cattani, 2004, p.94).

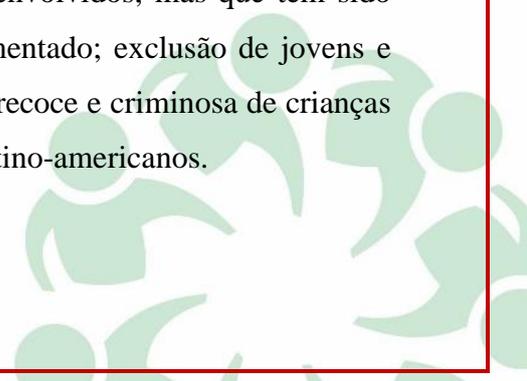
Nesse sentido, Antunes (2006, p. 171) destaca:

A lógica societal, em seus traços dominantes, é dotada, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, condição para o sistema social do capital.

Na mesma direção de Antunes, Durkheim constata a relação direta entre o aumento daquilo que denominou “imoralidade coletiva” (suicídios, toda sorte de criminalidade, e fenômenos mórbidos) com o aumento das indústrias: “É nos grandes centros industriais que os crimes e os suicídios são mais numerosos” (Durkheim, 1999, p.15). Portanto, pode-se concluir que o trabalho sob a égide do capital não apenas vulgarizou e destruiu a condição que torna o homem um ser social; ele igualmente corrompeu a sociedade e criou crises generalizadas em termos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

Afinal, quais as vantagens dos padrões deletérios de trabalho e existência que o capitalismo acarreta? Onde o capitalismo e o neoliberalismo mais prosperam há situação de pleno emprego e bonança? Infelizmente, não. Por onde passa, este modelo econômico cria o rastro de pobreza e desigualdade, o que aprofunda, ainda mais, a submissão do trabalho ao capital, e os prejuízos que impõe. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva acarretaram um monumental desemprego, enorme precarização do trabalho e degradação crescente na relação metabólica entre o homem e a natureza (Antunes, 2006).

Ao analisar a forma flexibilizada de acumulação capitalista, Antunes (2001) aponta alguns importantes desdobramentos ao mundo do trabalho que implicaram em impactos na lógica societal, a saber: enorme incremento do subproletariado fabril e de serviços que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado; aumento significativo de trabalho feminino que alcança mais de 40% da força de trabalho em países desenvolvidos, mas que tem sido incorporado no universo do trabalho precarizado e desregulamentado; exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho nos países centrais; e inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, principalmente em países asiáticos e latino-americanos.

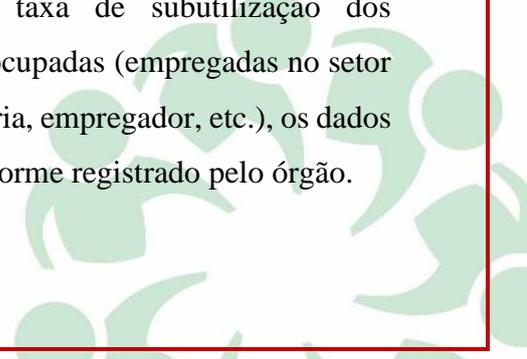


Como forma de resistência e pressão, desde o século XVIII, as entidades de classe e trabalhadores unem-se em torno de sindicatos na defesa de seus direitos e condições laborais. No entanto, o desencanto é generalizado. A corrupção da práxis do trabalho como categoria central à vida humana não atinge meramente os direitos e subjetividade do trabalhador. Os danos são tão profundos que subverteram a concepção da realidade humana, o ideário sindical e suas formas de organização na luta contra o capital.

Desde os anos 1980, o sindicalismo vem-se configurando como um sindicalismo de negociação e que aceita a ordem do capital e do mercado, abandonando a luta pela emancipação social, sendo o debate do movimento concentrado no universo da agenda e do ideário neoliberal (Antunes, 1997). Na mesma direção, Kurz (1997) sinaliza que o movimento operário foi capaz de conduzir à emancipação capitalista dos trabalhadores, mas fracassou em levá-los à sua emancipação social. Por fim, Offe (1989) sinaliza que o trabalho no capitalismo perdeu o seu papel associativo e a proteção política, uma vez que preconiza o racionalismo imposto pelo capital, e, precarizado, deixou de se constituir em categoria sociológica chave.

Não obstante, a despeito de todas as metamorfoses a que o trabalho passou desde a Idade Antiga à contemporaneidade, passando por sentidos diversos – do sofrimento à dignificação, ao sofrimento X prazer – as pessoas continuam ancorando sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em desemprego. O trabalho é fonte de renda da maioria da população mundial, assim como também é fonte de saúde psíquica e social. Tanto o trabalho quanto sua ausência (desemprego ou aposentadoria) perpassam todas as esferas da vida humana representando um intenso paradoxo na díade sofrimento e prazer.

Apesar da subordinação da força de trabalho ao capital, e a todas às mazelas que ele encerra, vive-se uma situação assustadora de desemprego estrutural e vulnerabilidade social. No Brasil, desde 1998, o desemprego encontra-se acima de 9% do total da força de trabalho, sendo o desemprego estrutural (pressão contínua por demanda de trabalho) a taxa de desemprego alcança 27% (Antunes & Pochmann, 2007). Nos últimos anos, a taxa de desocupação tem alcançado níveis alarmantes, segundo dados do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), indicando que 12,8 milhões de brasileiros estão em situação de desemprego, representando aqueles que pertencem à força de trabalho do país, mas encontram-se desempregadas, perfazendo uma taxa de subutilização dos trabalhadores de 29,1%. Com apenas 88,9 milhões de pessoas ocupadas (empregadas no setor público ou privado, domésticas, servidores públicos, conta-própria, empregador, etc.), os dados de desemprego registram um recorde negativo desde 2012, conforme registrado pelo órgão.



Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2020), em termos de empregadores, o setor privado é responsável por 33,6 milhões de pessoas com carteira assinada e 11,6 milhões são ocupadas sem carteira – enquanto o setor público emprega 11,4 milhões de pessoas. Já a informalidade corresponde a 40,6% e inclui trabalhadores sem carteira assinada (11,6 milhões), trabalhadores domésticos sem carteira (4,5 milhões), empregadores sem CNPJ (810 mil), por conta própria sem CNPJ (24,5 milhões) e trabalhadores familiares auxiliares (1,97 milhão).

Inevitavelmente, a crise econômica e política do País impactam diretamente na existência de oportunidades de trabalho e emprego, segregando e marginalizando um contingente ainda maior de brasileiros que vivem à deriva do acesso às condições básicas de subsistência. Segundo os dados da referida pesquisa, o número de empregados com carteira de trabalho assinada no primeiro semestre de 2017 foi de apenas 33,4 milhões de pessoas, perfazendo apenas 37,5 % de todo o contingente de ocupados no País. Em relação ao ano passado, o recuo foi de aproximadamente 1,2 milhões de baixas de carteiras em diferentes postos de trabalho.

Vale ressaltar que a condição de desemprego afeta mais agudamente as famílias de baixa renda, vulnerabilizando sobremaneira as condições básicas de subsistência dessa camada, tendo em vista a baixa escolaridade e a informalidade às quais estão suscetíveis. Para Antunes e Pochmann (2007), se no passado a pobreza e o desemprego esteve concentrado entre crianças, idosos, doentes, portadores de necessidades especiais, etc., nas duas últimas décadas, uma nova forma de reprodução da pobreza tem surgido no âmago do mercado de trabalho: é ela a pobreza dos desempregados e ocupações precárias.

Tal cenário indica, ao mesmo tempo, a potência destrutiva e a fragilidade do tradicional modelo capitalista de relação de trabalho, demarcado pelas constantes ameaças, ora de trabalho precarizado, ora da assustadora sombra do desemprego. Para Singer (2002, p. 110), “...*pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a ‘flexibilização’ de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos*”.

Neste caldeirão fervilhante de mazelas socioeconômicas, pobreza e desigualdade, se retroalimentam intensificando os abismos entre a produção de riquezas e sua distribuição. Cimadamore e Cattani (2007) lembram que a simples descrição histórica de diversos países da América Latina demonstrou que seu crescimento econômico não se traduziu em significativa diminuição da pobreza pelo simples fato de que o estoque de bens é propositalmente distribuído

de forma iníqua, concentrando-se inercialmente os lucros nos mesmos grupos reduzidos da população.

A pobreza, a desigualdade e a marginalização jamais serão problemas resolvidos por quem as cria, mantém e, perversamente, as reproduz. Para além do trabalho morto, precário, assujeitado, flexibilizado e sofrido, o capitalismo trouxe, à jusante, o desemprego o assustador incremento de chagas sociais em níveis assustadores, resultando na *“corrosão do caráter dos indivíduos, sobretudo das qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de solidariedade e identidade”* (Cimadamore & Cattani, 2007, p. 201).

A Economia Solidária e o Trabalho Cooperado

A presente crítica ao capitalismo tampouco visa dar abertura ou legitimar o modelo econômico que lhe é antagonista por excelência – o socialismo. Concordamos com Santos e Rodríguez (2002) de que os sistemas socialistas centralizadores não oferecem uma alternativa emancipatória ao capitalismo, sendo que a crise de ambos sistemas criou a oportunidade para recuperar ou inventar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas. No bojo do caos das relações humanas e de trabalho, surge um movimento de protesto e resistência como forma de concretizar as lutas sociais e impedir a desconstrução dos direitos sociais e avanço das variadas formas de precarização do trabalho pela via do capital: a economia solidária. Esse arranjo de produção e organização do trabalho visa criar alternativas aos efeitos excludentes do capitalismo a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e baseada na propriedade solidária.

Segundo Lechat (2002), as mudanças advindas do processo produtivo capitalista, sobretudo de ordem econômica e cultural, geraram desemprego e fechamento de empresas, mobilizando a classe trabalhadora a desencadear uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, com o apoio de alguns sindicatos progressistas. Para a autora, economia solidária se distingue da economia social, terminologia e movimento preponderante no século XIX que demarcou tendências políticas, tanto socialistas como social-cristãos e liberais, que sensibilizados com o custo humano da revolução industrial criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social.

Contudo, a economia solidária enseja um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica de mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado, e que funciona a partir de

relações competitivas com o objetivo de alcançar interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e formas comunitárias de propriedade (Lechat, 2002). Como bem lembram Santos e Rodrigues (2002), o pensamento e a prática cooperativa modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial. Pode-se dizer que as primeiras cooperativas surgiram nos idos de 1826 na Inglaterra como reação à massiva pobreza que surgiu como resultado da conversão maciça de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. O que vemos, é o surgimento do contra-movimento ao capitalismo ainda em fase embrionária. Suas contradições e efeitos perniciosos logo foram testemunhados e a ânsia pelo vislumbre e prática de alternativas já era uma realidade.

Em 1844, também na Inglaterra, surge o modelo contemporâneo de cooperativismo com as cooperativas de consumidores de Rochdale, cujo objetivo preliminar foi a “oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores” (Santos & Rodrigues, 2002, p. 33). No âmago das revoltas e protestos devido às condições desumanas de trabalho em fábricas francesas, surgem em meados de 1923, as primeiras cooperativas constituídas por operários que decidiram administrar coletivamente suas próprias fábricas.

Como prática econômica, desde suas origens, o cooperativismo foi representado em sete postulados pelos pioneiros de Rochdale, que tem orientado e inspirado diversas iniciativas em todo o mundo como estratégias alternativas de produção ao capitalismo (Santos & Rodrigues, 2002). São eles: 1) o vínculo aberto e voluntário (as cooperativas não segregam ninguém, estando sempre abertas a novos integrantes); 2) o controle democrático dos membros (as decisões são tomadas pelo coletivo); 3) a participação econômica dos membros (tanto como proprietários solidários, quanto na distribuição de proventos); 4) a autonomia e independência em relação ao Estado e outras organizações; 5) o compromisso com a educação continuada com os membros da cooperativa; 6) a cooperação entre cooperativas; e 7) a contribuição para o desenvolvimento da comunidade local na qual está inserida a cooperativa.

Por mais de dois séculos, diversas experiências multiplicaram-se em todo o mundo, criando associações e agrupamentos de trabalhadores regidos por princípios associados ao pensamento libertário e utópico (Cattani, 2009). No Brasil, a economia solidária passa a tomar fôlego por volta da grande crise de 1981/83, e nas duas décadas subsequentes (décadas perdidas), quando diversas indústrias entram em processo falimentar. Na iminência do desemprego, os trabalhadores passam a adquirir a massa falida e o patrimônio dos antigos

empregadores para gerirem coletivamente e, assim, preservarem seus postos de trabalho (Singer, 2002). Em seguida, a economia solidária passou a ganhar volume e se expandiu a partir de entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e de economia solidária, entre outros (Lima, 2013). No braço político e institucional, é criada em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) como forma de reconhecimento, legitimação, fortalecimento e disseminação da “outra economia” no País.

Em termos conceituais, o presente estudo reconhece a multiplicidade de definições que recebe a terminologia “economia solidária”, bem como “cooperativismo tradicional” ou “cooperativismo popular”. Desta feita, aporta-se o entendimento de economia solidária definido por Paul Singer e o conceito de cooperativismo popular definido por Cançado (2005) por estar mais próximo da modalidade foco do estudo. Neste sentido, Singer (2003) entende a economia solidária como as iniciativas de produção, distribuição e consumo organizadas por agrupamentos de trabalhadores que criam empreendimentos constituídos por posse coletiva, sendo autogeridos de forma democrática pelo conjunto de seus sócios, onde os ganhos são repartidos segundo os critérios de justiça distributiva.

Singer (2002) ainda ressalta que o empreendimento solidário nega a máxima capitalista da separação entre trabalho e a posse dos meios de produção. Seu capital é possuído por aqueles que nela trabalham, e apenas por eles. Contrariamente ao capitalismo, sua função não é dar o máximo lucro aos seus proprietários e investidores, mas fundir seu capital de forma igualitária entre todos os seus trabalhadores para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. Geralmente, são administradas por sócios eleitos e estes, por sua vez, pautam-se pelas diretrizes aprovadas em assembleias gerais, sendo sua finalidade básica a geração de trabalho de forma quantitativa e qualitativa. Em termos econômicos, não existe lucro, haja vista que sua receita não é distribuída de acordo com as cotas de capital. A cooperativa trabalha com a lógica de excedentes, ao qual se dá o nome de sobras, e sua destinação é definida pelos trabalhadores em assembleia onde, em geral, parte dela é destinada ao reinvestimento que pertença ao coletivo de todos os sócios, fundos de educação ou social, entre outros (Singer, 2002).

Já as cooperativas populares foram definidas por Cançado (2005) como organizações de grupos populares, regidas pela autogestão, sendo a coletiva a propriedade dos meios de produção e integra três dimensões: econômica, social e política. Segundo a SENAES (MTE, 2012), são Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) todas as formas de trabalho, associado ou cooperado, organizados em empresas autogestionárias ou recuperadas, assim

como redes de produção, comercialização e consumo, e os grupos informais e clubes de trocas. Além disso, SENAES elegeu e explanou os quatro princípios primordiais da economia solidária, a saber: a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade.

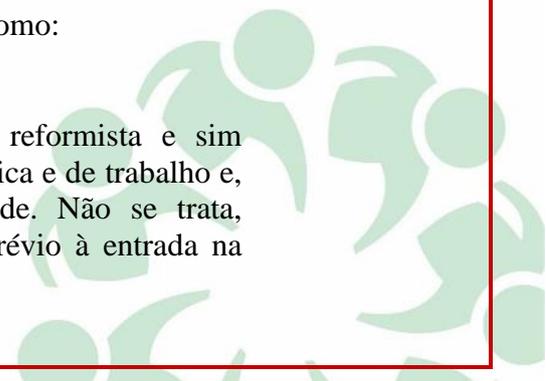
Por cooperação compreende-se a existência de objetivos comuns, a união dos esforços e das capacidades em torno de ações conjuntas que promovam o bem comum, a propriedade coletiva, a partilha justa dos resultados e a responsabilidade mútua solidária. A autogestão ganha aqui um caráter e importância singulares por permitir que os participantes dos empreendimentos exercitem a gestão e participem da tomada de decisão de forma democrática, estando à frente das definições estratégicas e cotidianas da organização, bem como na coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

A dimensão econômica pressupõe a junção dos esforços e recursos pessoais, e de outras organizações, para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Ainda, engloba a viabilidade econômica, em conjunto com os aspectos culturais, ambientais e sociais. Por fim, a solidariedade é transversal e perpassa cada ato da organização. É manifestada em várias vertentes como na justa distribuição dos resultados alcançados, no bem-estar e respeito aos trabalhadores e consumidores, nas oportunidades de trabalho, educação e melhorias nas condições de vida, no compromisso com o meio-ambiente integrando-o de forma holística e sustentável, no estabelecimento de relações saudáveis e benéficas com a comunidade local, regional e nacional, e na integração com demais movimentos sociais e populares que promovam a emancipação dos indivíduos.

Tais princípios postulam uma série de valores e práticas que promovem, de forma concreta, a emancipação tanto individual quanto coletiva do sujeito e de sua comunidade. Ao pressupor autonomia, educação, e o bem-estar social de seu entorno, as cooperativas vislumbram a inserção de um modelo de produção que seja agregador e edificador dos vínculos sociais e do tornar-se humano a partir do trabalho. Ela reconhece a categoria central do trabalho ao homem (Santos et al., 2016) e vai além: identifica-o como sujeito único, dotado de potencialidades e subjetividade singulares, inserido em um contexto não apenas econômico, mas em todas suas vertentes, social, política e ambiental (Brancaleone, 2020).

Com a mesma compreensão de Singer e os princípios expostos pela SENAES e, de modo conclusivo, Cattani (2004) aborda a economia solidária como:

Não se trata de uma estratégia defensiva nem reformista e sim propositiva de novos modelos de atividade econômica e de trabalho e, através deles, de criação de uma nova sociedade. Não se trata, igualmente, de algo transitório, simples estágio prévio à entrada na



economia “normal”. [...] a socioeconomia solidária, economia do trabalho, novo cooperativismo, empreendimentos econômicos solidários e, ainda, empreendimentos autogestionários que, por sua vez, remetem para um conjunto de conceitos estranhos à economia convencional (cooperação, dádiva, moeda social, redes solidárias, trabalho emancipado e outros). (p. 100).

No Brasil, o cooperativismo popular tem particular sentido por gerar trabalho e renda para milhares de pessoas entre aquelas marginalizadas e mais vulneráveis aos resultados predatórios da economia dominante. São eles os pobres da zona urbana e rural, desempregados, excluídos de várias origens e sem acesso aos meios de sobrevivência dentro da economia capitalista. Em sua maioria, são pessoas que estiveram submetidas aos processos castradores e deletérios da submissão e sujeição àqueles em estrutura hierárquica maior; poucas oportunidades e condições para educação e, possivelmente, estiveram submetidas a esquemas de competição perniciosos para a mera manutenção da sobrevivência. Em outras palavras, vivenciaram exatamente a antítese do que preconiza a economia solidária.

A Economia Solidária é a Panaceia ao Trabalho Capitalista?

Apesar de altamente promissor, a ES enquanto modelo proposto de trabalho, coexistência, relações humanas, vínculo social, comunitário e ambiental, enseja enormes desafios à sua plena aplicação e vivência estando no âmago do capitalismo. Assim como sugerido por Cattani (2009), é necessário estudar e analisar os potenciais e, principalmente, os limites da economia solidária para que não sejam criadas ilusões nem vendidas falsas promessas. Desnecessário dizer que a economia solidária, seja o associativismo ou cooperativismo, ainda atravessam percalços em seu desenvolvimento e tampouco chegaram a ser predominantes em qualquer parte do mundo “capaz de resistir aos ataques provenientes tanto das teorias do socialismo, quanto do liberalismo individualista” (Santos & Rodrigues, 2002, p. 34).

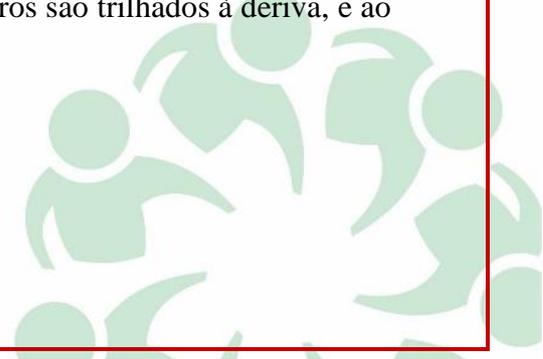
Como era de se esperar, o capital logrou corromper até os instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego. Tal como afirmou Cattani (2009), o capital vem em escala global, criando falsas cooperativas como método de flexibilizar e precarizar ainda mais o trabalho. No Brasil, é possível testemunhar centenas de “cooperativas” com esquemas de trabalho ora com patronato, ora com pagamentos de salários ou diárias; além da exclusão da dimensão econômica e, por vezes, da própria cooperação e solidariedade. Como pontuado por Brancaleone (2020, p. 301), a condição e potencialidade da ES como

“‘alternativa’ societária em variadas circunstâncias são minimizados e mesmo colocados em xeque pelo modo como estas se inserem no âmbito de relações de subordinação e dependência com agências, mecanismos e operadores do Estado e do mercado capitalista”.

Para Gaiger (2003), as iniciativas solidárias vivem um momento de ebulição, ao mesmo tempo que de debilidade, em que precisam lidar adaptativamente às condicionalidades impostas pelo capitalismo para sobreviverem e criarem uma lógica de funcionamento composta por práticas efetivas de intercâmbio econômico, principalmente quando envolvem segmentos e atores sociais diferentes. Situada no seio do capital - e de sua crise, sua ebulição e debilidade representam duas tendências para as ES, como discutido em Benini e Benini (2014, p. 605): *“organizações funcionais ao sistema, logo, uma alternativa produtiva de geração de renda e de trabalho; e/ou como uma forma de resistência dos trabalhadores”.* Mas como fazer prevalecer as resistências?

É verdade que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, possuíam prática incomparavelmente mais autônoma e menos despótica do que aquela identificada no arbitratismo fabril e no planejamento gerencial, constituindo-se em mecanismos concretos de diminuição do caos social e do desemprego estrutural (Cattani, 2009). No entanto, a economia solidária privilegia a emancipação dos trabalhadores quando os saberes populares, energias morais, recursos políticos e institucionais dos trabalhadores são valorizados (Gaiger, 2003). Assim, para nós, muitas das contradições da ES seriam e serão aportadas pelos modelos econômicos alternativos, ainda em desenvolvimento, mas sobretudo pela ressignificação do sentido de trabalho (Santos et al., 2016) e pela invocação das dimensões políticas que se entrelaçam à esfera econômica. Nesse sentido, concordamos com Mariano da Rosa (2018, p. 114), que sugere tal movimento para sobrepor o *“viés mercadológico da organização econômico-social vigente e à estrutura burocrática corporificada pelo Estado no sistema capitalista”.*

Por fim, é possível concluir que a economia solidária não é a panaceia ao trabalho capitalista. Muito longe de se constituir como método exclusivo de enfrentamento e luta contra a precarização – não apenas trabalho, mas dos padrões de consumo, comercialização e vivência – a economia solidária aponta por caminhos alternativos e soluções ainda em construção que visem garantir a sobrevivência no “agora” enquanto novos roteiros são trilhados à deriva, e ao mesmo tempo, no seio do capitalismo.



REFERÊNCIAS

- Antunes, R. (1997). Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. Em R. Antunes (Ed.), *Neoliberalismo, trabalho e sindicato: Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil* (pp. 71-84). Boitempo.
- Antunes, R. (2001). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Em P. Gentilili, & G. Frigotto (Orgs.), *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. (2a. Ed., pp. 35-48). Cortez.
- Antunes, R. (2006). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez.
- Antunes, R., & Pochmann, M. (2007). A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. Em A. D. Cimdamore, & A. D. Cattani (Orgs.), *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina* (pp. 195-210). Tomo Editorial/CLACSO.
- Benini, E. A., & Benini, E. G. (2014). As contradições do processo de autogestão no capitalismo: Funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Organizações & Sociedade*, 17(55), 605-619. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaes/article/view/11125>
- Berger, P., & Luckmann, T. (1972). *A construção social da realidade*. Editora Vozes.
- Borsoi, I. C. F. (2011). Vivendo para trabalhar: Do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergência*, 18(55), 113-133. <https://www.scielo.org.mx/pdf/conver/v18n55/v18n55a5.pdf>
- Brancaleone, C. (2020). Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: Notas para uma crítica à economia solidária. *Política & Sociedade*, 19(45), 301-336. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/59842/44724>
- Brasil. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Síntese de indicadores 2020*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=28382&t=destaques>
- Bueno, F. S. (1988). *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. Lisa.
- Cançado, A. C. (2005). Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Brasília.
- Cattani, A. D. (1996). *Trabalho e autonomia*. Vozes.
- Cattani, A. D. (2004). As desigualdades ampliadas e as alternativas em construção. *Caderno CRH, Salvador*, 17(40), 93-102. <http://hdl.handle.net/10183/143520>
- Cattani, A. D. (2009). Riqueza e desigualdades. *Caderno CRH*, 22(57), 547-561. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000300009>

- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do trabalho*. Vozes.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede — a era da Informação: Economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra.
- Cimadamore, A. D., & Cattani, A. D. (2007). A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: Uma introdução. Em A. D. Cimadamore, & A. D. Cattani (Orgs.), *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina* (pp. 7-14). Tomo Editorial/CLACSO.
- Decca, E. S. (1988). *O nascimento das fábricas* (Vol. 51). Tudo é História, Brasiliense.
- Durkheim, É. (1999). *Da divisão do trabalho social*. Martins Fontes.
- Gaiger, L. I. G. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, 39, 181-211. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>
- Júnior, P. G. (2008). Dos interesses weberianos dos sociólogos da religião: Um olhar perspectivo sobre as interpretações do pentecostalismo no Brasil. *Horizonte*, 6(12), 69-92. <http://dx.doi.org/10.5752/440>
- Kurz, R. (1997). A origem destrutiva do capitalismo: Modernidade econômica encontra suas origens no armamentismo militar. *Folha de São Paulo*, p. 3, c.5.
- Lechat, N. M. P. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: Do que se trata? *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 2(1), 123-140. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2002.1.91>
- Lima, M. I. R. (2013). *Economia solidária e vínculos*. Ideias e Letras.
- Mariano da Rosa, L. C. (2018). A vontade geral e o sistema autogestionário: Necessidade, possibilidade e desafios. *Ensaio*, 11, 114-139. <https://doi.org/10.22409/re.v11i0.2675>
- Marx, K. (1983). *Contribuição à crítica da economia política*. Martins Fontes.
- Marx, K. (1989). *O capital, crítica da economia política* (Vol. 1, Livro 1). Bertrand Brasil.
- Marx, K., & Engels, F. (1974). *A ideologia alemã*. Ciências Humanas.
- Marx, K., & Engels, F. (1989). Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. Em F. Fernandes (Org.), *Grandes cientistas sociais* (pp. 146-181). Ática.
- Mészáros, I. (2015). *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Boitempo.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2012). *O que é economia solidária*. MTE. <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economiasolidaria.htm>
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Revista Psicologia & Sociedade*, 19(119), 14-20. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>
- Offe, C. (1989). Trabalho como categoria sociológica fundamental? Em C. Offe, *Trabalho e sociedade* (Vol. 1, pp. 13-41). Tempo Brasileiro.

- Pochmann, M. (2004). Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. *Mercado de trabalho*, 24, 23-34. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5337/1/bmt_n.23_economiabr.pdf
- Santos, B. S., & Rodrigues, C. (2002). Introdução: Para ampliar o cânone da produção. Em B. S. Santos (Org.). *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista* (pp. 21-54). Civilização Brasileira.
- Santos, C. S., Monteiro, E. E., Possamai, H., Giombelli, J. P., Pilati, L. H., Schmitz, M., Rodrigues, M. A., Ampese, R., & Bazzi, V. P. M. (2016). Psicologia e economia solidária: Possíveis intervenções. *Diálogo*, 31, 47-57. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/2238-9024.16.23/0>
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. Perseu Abramo.
- Singer, P. (2003). Economia solidária. Em A. D. Cattani (Org.), *A outra economia* (pp. 116-125). Veraz.
- Toni, M. D. (2003). Visões sobre o trabalho em transformação. *Sociologias*, 5(9), 246-286. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000100009>
- Weber, M. (1967). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Pioneira.
- Woleck, A. (2002). *O trabalho, a ocupação e o emprego: Uma perspectiva histórica*. Associação Educacional Leonardo da Vinci, Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 1-15.

Contribuições das autoras	
Autora 1	Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Investigação, Metodologia
Autora 2	Escrita – Revisão e Edição, Validação e Visualização.
Autora 2	Escrita – Revisão e Edição, Validação e Visualização.

